



## CÂMARA MUNICIPAL DE FOZ DO JORDÃO

Estado do Paraná

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 10/2026

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 003/2026

### CONTRATO Nº. 11/2026

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 11/2026 QUE FAZEM ENTRE SI A CÂMARA MUNICIPAL DE FOZ DO JORDÃO, POR INTERMÉDIO DO SEU PRESIDENTE JOCELI ALMEIDA DE MORAES E A EMPRESA – **VEREDAS BRASIL – TREINAMENTO EM DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL E GERENCIAL.**

A Câmara Municipal de Foz do Jordão, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº. 01.615.560/0001-13, sediado na Rua São Pedro, nº. 186 - Centro, na cidade de FOZ DO JORDÃO, Estado do Paraná, neste ato representado por seu Presidente Sra. JOCELI ALMEIDA DE MORAES, portadora do CPF nº. 009.578.439-09 e RG nº. 9.447.306-3, a seguir denominado CONTRATANTE, e a empresa VEREDAS BRASIL – TREINAMENTO EM DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL E GERENCIAL, inscrita no CNPJ nº. 63.445.358/0001-48, com sede na Rua Colombo, Nº. 665 SALA 01 Bairro: São Cristóvão, CEU AZUL, ESTADO DO PARANA, neste ato representado pelo Sr: FLAVIO LUIZ PEITER, portador da Cédula de Identidade nº. 5.640.265-9, aqui denominado CONTRATADO, resolvem celebrar este contrato, em decorrência do Processo Nº. 10/2026, referente a inexigibilidade nº. 03/2026, homologado(a)/ratificado(a) em 04/05/2026, mediante as cláusulas a seguir.

### CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

O presente contrato tem por objeto a Contratação de Empresa especializada em Treinamento, desenvolvimento Profissional e Gerencial, através do curso, **COMPLIANCE E PROTEÇÃO DE DADOS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. LGPD – LEI 13.709/2018, no período de 05 a 08 de Maio de 2026.**

Rua São Pedro, nº. 186, Centro, CEP: 85.145-000 – Foz do Jordão – PR  
Fone: (42) 3639-1107 - E-mail: cmfj@camarafozdojordao.pr.gov.br



## CÂMARA MUNICIPAL DE FOZ DO JORDÃO

Estado do Paraná

Conforme Termo de Referência anexo.

### 1.1.1. Descritivo do objeto:

Nº	DESCRIÇÃO DO OBJETO	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
01	<b>COMPLIANCE E PROTEÇÃO DE DADOS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. LGPD – LEI 13.709/2018</b> , no período de 05 a 8 de Maio de 2026.	R\$ 2.590,00	R\$ 12.950,00

1.1.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

1.1.3. A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem no objeto contratual, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, em conformidade com o estabelecido no art. 125 da Lei n. 14.133/2021.

1.2. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.2.1. O Termo de Referência;

1.2.2. O Edital da Licitação;

1.2.3. A Proposta do contratado;

1.2.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

### CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 30 (dias) contados da data de assinatura do contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.1.1. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado.



**CLÁUSULA TERCEIRA – FORMA DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS**

3.1. A **entrega** do objeto que se contrata deverá ocorrer na Câmara Municipal de Foz do Jordão, Rua São Pedro, Nº. 186, CENTRO, CEP: 85145000.

3.2. A **entrega do objeto** deverá ocorrer no prazo IMEDIATO após recebimento da Nota de Empenho/ordem de entrega.

3.3. Os objetos serão recebidos pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência, proposta e exigências contratuais.

3.4. Os objetos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e/ou Contrato, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

3.5. Os objetos serão recebidos fracionada mente contados a partir da data de assinatura desde contrato por servidor ou comissão designada pela autoridade competente.

3.6. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

3.7. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

3.8. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade das entregas realizadas, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos artigos 117 e incisos da Lei 14.133/21, e Resolução nº. 20/2022 da Câmara Municipal de Foz do Jordão.

3.9. A verificação da adequação do fornecimento deverá ser realizada com base nos critérios previstos no Termo de Referência, Edital, proposta e anexos.

3.10. O fiscal do contrato anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados, conforme § 1º do art. 117 da Lei 14.133/2021.

3.11. A conformidade do material a ser entregue deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada destes, de acordo com o estabelecido no Termo de Referência e na proposta,



## CÂMARA MUNICIPAL DE FOZ DO JORDÃO

Estado do Paraná

informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

3.12. A Contratada deverá manter preposto aceito pela Contratante, com poderes para solucionar demandas oriundas da execução do contrato, nos termos do art. 118 da Lei 14.133.

3.13. O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 155 e 156 da Lei nº 14.133/21.

3.14. Fica designado(a) o(a) servidor(a) ANA CLAUDIA BALDI, portador (a) da Cédula de Identidade RG nº. 10.402.104-2 e inscrita no CPF sob o nº. 076.571.009-90 para exercer a fiscalização e o acompanhamento do objeto do contrato, nos termos disciplinados nos art. 117 e 7 da Lei federal nº 14.133/21.

3.15. Fica designado, como fiscal substituto (a) o (a) servidor (a) Erica Ribeiro Kraus De Oliveira, portador (a) da Cédula de Identidade RG nº. 10.589.955-6 e inscrito (a) no CPF sob o nº. 069.773.219-38 para exercer a fiscalização e o acompanhamento do objeto do contrato, nos termos disciplinados nos art. 117 e 7 da Lei federal nº 14.133/21.

3.16. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 da Lei nº 14.133/21.

### CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1- Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

### CLÁUSULA QUINTA - PAGAMENTO

5.1 O pagamento, decorrente da entrega do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, no prazo de até **30 (trinta)**, após a entrega do bem e a apresentação da respectiva nota fiscal, devidamente atestada pelo servidor responsável.

### CLÁUSULA SEXTA - REAJUSTE

6.1 Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de dois meses contado da data do orçamento estimado, em 09/03/2026.



## **CÂMARA MUNICIPAL DE FOZ DO JORDÃO**

Estado do Paraná

6.2 Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice INPC (IBGE), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

6.3 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

6.4 No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

6.5 Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será (ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

6.6 Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será (ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier (em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

6.7 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

6.8 O reajuste será realizado por apostilamento.

### **CLÁUSULA SÉTIMA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

7.1 São obrigações do Contratante:

7.2 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

7.3 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

7.4 Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;



7.5 Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

7.6 Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

7.7 Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;

7.8 Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

7.9 Cientificar o departamento jurídico competente para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

7.10 Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

**7.10.1** A Administração terá o prazo de *1(um) mês*, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

7.11 Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

7.12 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

#### **CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**

8.1 O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:



## CÂMARA MUNICIPAL DE FOZ DO JORDÃO

Estado do Paraná

8.2 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

8.3 Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

8.4 Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

8.5 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

8.6 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

8.7 O contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

8.8 Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

8.9 Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.



## CÂMARA MUNICIPAL DE FOZ DO JORDÃO

Estado do Paraná

8.10 Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

8.11 Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

8.12 Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);

8.13 Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

8.14 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

### CLÁUSULA NONA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

9.1 Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

### CLÁUSULA DÉCIMA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;



## CÂMARA MUNICIPAL DE FOZ DO JORDÃO

Estado do Paraná

- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

10.2 Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i. **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- ii. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- iii. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- iv. **Multa:**

1. moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

- i. *O atraso superior a 30 dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.*

10.3 A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

10.4 Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

10.4.1 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.



10.4.2 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

10.5 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

10.6 Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.7 A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

10.8 O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.



**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

11.1 O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes, do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

11.1.1 Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

11.1.2 A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

11.1.2.1 Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

11.2 O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

11.2.1 Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

11.2.2 Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

11.2.3 Indenizações e multas.

11.3 A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

12.1 As o presente contrato decorrente deste processo caberá à Secretaria Requisitante:

a) Caberá o acompanhamento e a fiscalização orçamentária:

**Conforme Portaria 009/2025**

Gestor de Contrato Titular: Degelso Strapazon – Função: Contador

**Conforme Portaria nº 009/2025**

Fiscal de Contrato Titular: Ana Claudia Baldi - Função: Auxiliar de Serviços Gerais



## **CÂMARA MUNICIPAL DE FOZ DO JORDÃO**

Estado do Paraná

**12.2** Dotações orçamentárias 01.01.001.031.101.2001 – (33.90.39.48) – Serviço de seleção e treinamento.

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS CASOS OMISSOS**

12.3 Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES**

13.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2 Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo.

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – PUBLICAÇÃO**

14.1 A publicidade dos atos oficiais da Lei Federal nº 14.133, de 01 de Abril de 2021, tais como avisos de licitação, extrato de contrato, termos aditivos, contratações diretas, se dará mediante publicação no Diário Oficial do Diário Oficial dos Municípios SIGPUB, nos termo do art. 19 da Lei Municipal n. 4.702/22.

### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – FORO**

15.1 Fica eleito o Foro da Justiça Estadual em Guarapuava/PR para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato.



**CÂMARA MUNICIPAL DE FOZ DO JORDÃO**

Estado do Paraná

**04 de Maio de 2026.**

*Jocei Almeida de Moraes*

**CÂMARA MUNICIPAL DE FOZ DO JORDÃO**

**JOCELI ALMEIDA DE MORAES**

Presidente

VEREDAS BRASIL

TREINAMENTOS

LTDA:63445358000148

Assinado de forma digital por

VEREDAS BRASIL TREINAMENTOS

LTDA:63445358000148

Dados: 2026.05.05 09:23:36 -03'00'

**VEREDAS BRASIL TREINAMENTOS LTDA.**

**TREINAMENTO, DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL E GERENCIAL.**

**FLAVIO LUIZ PEITER**

TESTEMUNHAS:

1- \_\_\_\_\_

2- \_\_\_\_\_

1-  \_\_\_\_\_

FISCAL DE CONTRATO

ANA CLAUDIA BALDI

2-  \_\_\_\_\_

FISCAL DE CONTRATO SUBSTITUTA

ERICA RIBEIRO KRAUS DE OLIVEIRA



## **EXTRATO DO CONTRATO 11/2026**

A CÂMARA MUNICIPAL DE FOZ DO JORDÃO, CNPJ/MF 01.615.560/0001-13, CONTRATANTE, e, de outro, a empresa VEREDAS BRASIL – TREINAMENTO EM DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL E GERENCIAL, CNPJ/MF sob N.º. 63.445.358/0001-48, CONTRATADA, nos termos do processo de inexigibilidade 03/2026, homologado em 04/05/2026.

### **DO OBJETO**

Contratação de Empresa especializada na capacitação de servidores/vereadores, através do curso, **COMPLIANCE E PROTEÇÃO DE DADOS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. LGPD – LEI 13.709/2018**, no período de 05 a 08 de Maio de 2026.

### **DO PRAZO E GARANTIA**

O contrato terá vigência e garantia pelo prazo de 30 (trinta) dias, a contar de 04 de Maio de 2026.

### **DO VALOR**

O Valor total acertado e ajustado é pelo valor de R\$ 12.950,00 (Doze mil Novecentos e Cinquenta Reais), que a CONTRATANTE pagará a CONTRATADA, Conforme proposta apresentada e adjudicada.

Foz do Jordão/PR, 04 de Maio de 2026.

  
JOCELI ALMEIDA DE MORAES  
Presidente

**ESTADO DO PARANÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE FOZ DO JORDÃO**

**CÂMARA MUNICIPAL DE FOZ DO JORDÃO-PR**  
**EXTRATO DO CONTRATO 11/2026**

**EXTRATO DO CONTRATO 11/2026**

A **CÂMARA MUNICIPAL DE FOZ DO JORDÃO**, CNPJ/MF 01.615.560/0001-13, **CONTRATANTE**, e, de outro, a empresa **VEREDAS BRASIL – TREINAMENTO EM DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL E GERENCIAL**, CNPJ/MF sob Nº. **63.445.358/0001-48**, **CONTRATADA**, nos termos do processo de inexigibilidade 03/2026, homologado em 04/05/2026.

**DO OBJETO**

Contratação de Empresa especializada na capacitação de servidores/vereadores, através do curso, **COMPLIANCE E PROTEÇÃO DE DADOS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. LGPD – LEI 13.709/2018**, no período de 05 a 08 de Maio de 2026.

**DO PRAZO E GARANTIA**

O contrato terá vigência e garantia pelo prazo de 30 (trinta) dias, a contar de 04 de Maio de 2026.

**DO VALOR**

O Valor total acertado e ajustado é pelo valor de R\$ 12.950,00 (Doze mil Novecentos e Cinquenta Reais), que a **CONTRATANTE** pagará a **CONTRATADA**, Conforme proposta apresentada e adjudicada.

Foz do Jordão/PR, 04 de Maio de 2026.

**JOCELI ALMEIDA DE MORAES**  
Presidente

**Publicado por:**  
Edimar Junior de Paula Spagnoli  
**Código Identificador:**E3286141

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Paraná no dia 05/05/2026. Edição 3522  
A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site:  
<https://www.diariomunicipal.com.br/amp/>

PÁGINA Nº 188  
FOLHA Nº 1

## Câmara Municipal de Foz do Jordão - PR

CNPJ: 0161556000113 IE:  
 Endereço: RUA SAO PEDRO, 186 CEP: 85145000 Cidade: Foz do Jordão  
 Fone: 4236391107 Fax:

### Requisição de compra por lote

<b>Requisição</b>		<b>Licitação</b>					
Número	Processo	Processo inexigibili	Processo licitatório	Data homologação	Data emissão	Qtde. de itens	
<b>337</b>		3/2026	25/2026	04/05/2026	05/05/2026	1	
<b>Contrato/Aditivo</b>							
Contrato	Aditivo	Início da vigência	Fim da vigência	Fim da vigência atualizada	Início da execução	Fim da execução	Fim da execução atualizada
Sequência: 134 - 11-1/2026		05/05/2026	02/06/2026		04/05/2026	02/06/2026	
Fiscal do contrato							
ANA CLAUDIA BALDI							
<b>Solicitante</b>				<b>Fornecedor</b>			
Código	Nome			90112-1 VEREDAS BRASIL TREINAMENTOS LTDA			
55131	JOCELI ALMEIDA DE MORAES			Tel: (45) 32661784 E-Mail: TREINAMENTOSVEREDAS@GMAIL.COM			
<b>Local</b>				<b>Tipo do empenho</b>			
1001 Camara Municipal				1 - Ordinário			
<b>Órgão</b>							
01 Legislativo Municipal							
<b>Forma de pagamento</b>				<b>Tipo</b>			
Conforme cronograma				Dinheiro			
<b>Entrega</b>				<b>Prazo</b>			
Local Camara Municipal				10 Dias			

**Descrição**  
 OBS: VEREADOR JAURI NÃO VAI REALIZAR/PARTICIPAR DO CURSO  
 E O SERVIDOR JOILSON VAI PARTICIPAR, O NOME DO MESMO NÃO ESTA NA LISTA NA DESCRIÇÃO DO SERVIÇO.

Lote		Unidade	Quantidade	Unitário	Valor
<b>001 Lote 001</b>					
Produto		SERV	5,00	2.590,00	12.950,00
25404	CURSO DE CAPACITAÇÃO COMPLIANCE E PROTEÇÃO DE DADOS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. LGPD LEI 13.709/2018, no período de 05 a 08 de Maio de 2026. Vereadores: Paulo Ricardo Antônio dos Santos Jauri Quatrin Ivan Pinheiro Joelson de Deus Código catálogo de materiais BPS: 21172 Solicitação: 15/2026      Processo: 24/2026      Conta/Fonte/GF: 00008/00001/E      Item: 001      Marca:				
<b>TOTAL</b>					<b>12.950,00</b>
<b>TOTAL GERAL</b>					<b>12.950,00</b>

**Subtotal por fonte de recurso e conta de despesa**

01.001.01.031.0001.2001      12.950,00  
 Cod 00008      Fonte 00001      G.Fonte: E      12.950,00

  
 \_\_\_\_\_  
 ERICA RIBEIRO KRAUS DE OLIVEIRA  
 Emissor

PÁGINA Nº 189  
 FOLHA Nº 1/1

# Certificado

Certificamos que **IVAN PINHEIRO DA SILVA** participou do Seminário  
“**COMPLIANCE E PROTEÇÃO DE DADOS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. LGPD - LEI  
13.709/2018 (14h/a)**”.

Realizado nos dias 5, 6, 7 e 8 de maio de 2026, na Cidade de CURITIBA - PR

## COMPLIANCE E PROTEÇÃO DE DADOS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. LGPD - LEI 13.709/2018

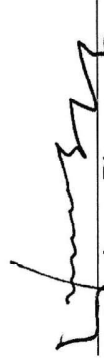
1. COMPLIANCE NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
  1. O que é Compliance?
  2. Por que o Compliance é importante?
  3. Pilares do Compliance
  4. Compliance na Administração Pública
  5. Resolução nº 305/2025 do CNMP
  6. Sistema de Gestão de Riscos
  7. Prevenção e Combate ao Assédio Moral e Sexual na Administração Pública
2. PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
  1. LGPD - Lei 13.709/2018 e Direito Fundamental à Proteção de Dados Pessoais
  2. Aplicabilidade da Lei
  3. Conceitos
  4. Princípios de tratamento de dados pessoais
  5. Bases legais da LGPD
  6. Tratamento de Dados pelo Poder Público
  7. Fiscalização e Sanções Administrativas
  8. ANPD



**Veredas Brasil**  
TREINAMENTOS

CÉU AZUL - PR - CNPJ: 63.445.358/0001-48



  
Jorge Rieger  
Diretor de Formação

08 de Maio de 2026  
CURITIBA - Paraná

PÁGINA Nº ( 90

FOLHA Nº ( 1

# Certificado

Certificamos que **JOELSON DE DEUS RAMOS** participou do Seminário  
“**COMPLIANCE E PROTEÇÃO DE DADOS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. LGPD - LEI  
13.709/2018 (14h/a)**”.

Realizado nos dias 5, 6, 7 e 8 de maio de 2026, na Cidade de CURITIBA - PR

## COMPLIANCE E PROTEÇÃO DE DADOS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. LGPD - LEI 13.709/2018

1. COMPLIANCE NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
1. O que é Compliance?
2. Por que o Compliance é importante?
3. Pilares do Compliance
4. Compliance na Administração Pública
5. Resolução nº 305/2025 do CNMP
6. Sistema de Gestão de Riscos
7. Prevenção e Combate ao Assédio Moral e Sexual na Administração Pública

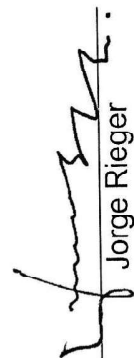
2. PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
1. LGPD - Lei 13.709/2018 e Direito Fundamental à Proteção de Dados Pessoais
2. Aplicabilidade da Lei
3. Conceitos
4. Princípios do tratamento de dados pessoais
5. Bases legais da LGPD
6. Tratamento de Dados pelo Poder Público
7. Fiscalização e Sanções Administrativas
8. ANPD



**Veredas Brasil**  
TREINAMENTOS

CÉU AZUL - PR - CNPJ: 63.445.358/0001-48



  
Jorge Rieger  
Diretor de Formação

08 de Maio de 2026  
CURITIBA - Paraná

# Certificado

Certificamos que **JOILSON ALVES DE SIQUEIRA** participou do Seminário  
“**COMPLIANCE E PROTEÇÃO DE DADOS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. LGPD - LEI  
13.709/2018 (14h/a)**”.

Realizado nos dias 5, 6, 7 e 8 de maio de 2026, na Cidade de CURITIBA - PR

## COMPLIANCE E PROTEÇÃO DE DADOS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. LGPD - LEI 13.709/2018

1. COMPLIANCE NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
  1. O que é Compliance?
  2. Por que o Compliance é importante?
  3. Pilares do Compliance
  4. Compliance na Administração Pública
  5. Resolução nº 305/2025 do CNMP
  6. Sistema de Gestão de Riscos
  7. Prevenção e Combate ao Assédio Moral e Sexual na Administração Pública
2. PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
  1. LGPD - Lei 13.709/2018 e Direito Fundamental à Proteção de Dados Pessoais
  2. Aplicabilidade da Lei
  3. Conceitos
  4. Princípios do tratamento de dados pessoais
  5. Bases legais da LGPD
  6. Tratamento de Dados pelo Poder Público
  7. Fiscalização e Sanções Administrativas
  8. ANPD


08 de Maio de 2026  
CURITIBA - Paraná



**Veredas Brasil**  
TREINAMENTOS

CÉU AZUL - PR - CNPJ: 63.445.358/0001-48



  
Jorge Rieger  
Diretor de Formação

# Certificado

Certificamos que **PAULO RICARDO POLI COSTA** participou do Seminário  
“**COMPLIANCE E PROTEÇÃO DE DADOS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. LGPD - LEI  
13.709/2018 (14h/a)**”.

Realizado nos dias 5, 6, 7 e 8 de maio de 2026, na Cidade de CURITIBA - PR

## COMPLIANCE E PROTEÇÃO DE DADOS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. LGPD - LEI 13.709/2018

1. COMPLIANCE NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
  1. O que é Compliance?
  2. Por que o Compliance é importante?
  3. Pilares do Compliance
  4. Compliance na Administração Pública
  5. Resolução nº 305/2025 do CNMP
  6. Sistema de Gestão de Riscos
  7. Prevenção e Combate ao Assédio Moral e Sexual na Administração Pública
2. PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
  1. LGPD - Lei 13.709/2018 e Direito Fundamental à Proteção de Dados Pessoais
  2. Aplicabilidade da Lei
  3. Conceitos
  4. Princípios do tratamento de dados pessoais
  5. Bases legais da LGPD
  6. Tratamento de Dados pelo Poder Público
  7. Fiscalização e Sanções Administrativas
  8. ANPD



**Veredas Brasil**  
TREINAMENTOS

CÊU AZUL - PR - CNPJ: 63.445.358/0001-48



  
Jorge Rieger  
Diretor de Formação

08 de Maio de 2026  
CURITIBA - Paraná

# Certificado

Certificamos que **ANTONIO DOS SANTOS** participou do Seminário  
“**COMPLIANCE E PROTEÇÃO DE DADOS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. LGPD - LEI  
13.709/2018 (14h/a)**”.

Realizado nos dias 5, 6, 7 e 8 de maio de 2026, na Cidade de CURITIBA - PR

## COMPLIANCE NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

1. O que é Compliance?
2. Por que o Compliance é importante?
3. Pilares do Compliance
4. Compliance na Administração Pública
5. Resolução nº 305/2025 do CNMP
6. Sistema de Gestão de Riscos
7. Prevenção e Combate ao Assédio Moral e Sexual na Administração Pública

## PROTEÇÃO DE DADOS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. LGPD - LEI 13.709/2018

1. LGPD - Lei 13.709/2018 e Direito Fundamental à Proteção de Dados Pessoais
2. Aplicabilidade da Lei
3. Conceitos
4. Princípios do tratamento de dados pessoais
5. Bases legais da LGPD
6. Tratamento de Dados pelo Poder Público
7. Fiscalização e Sanções Administrativas
8. ANPD

PÁGINA Nº 194

FOLHA Nº 191




**Veredas Brasil**

TREINAMENTOS

CÉU AZUL - PR - CNPJ: 63.445.358/0001-48



08 de Maio de 2026  
CURITIBA - Paraná

  
Jorge Rieger  
Diretor de Formação